

Aborto em Portugal

factos e números sobre a realidade nacional
desde a entrada em vigor da Lei 16/2007

16 de junho de 2015

Gabinete de Estudos da FPV
Coordenação – Francisco Vilhena da Cunha

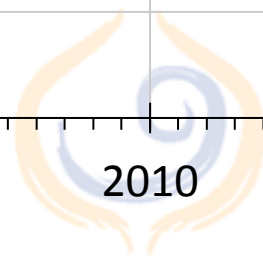
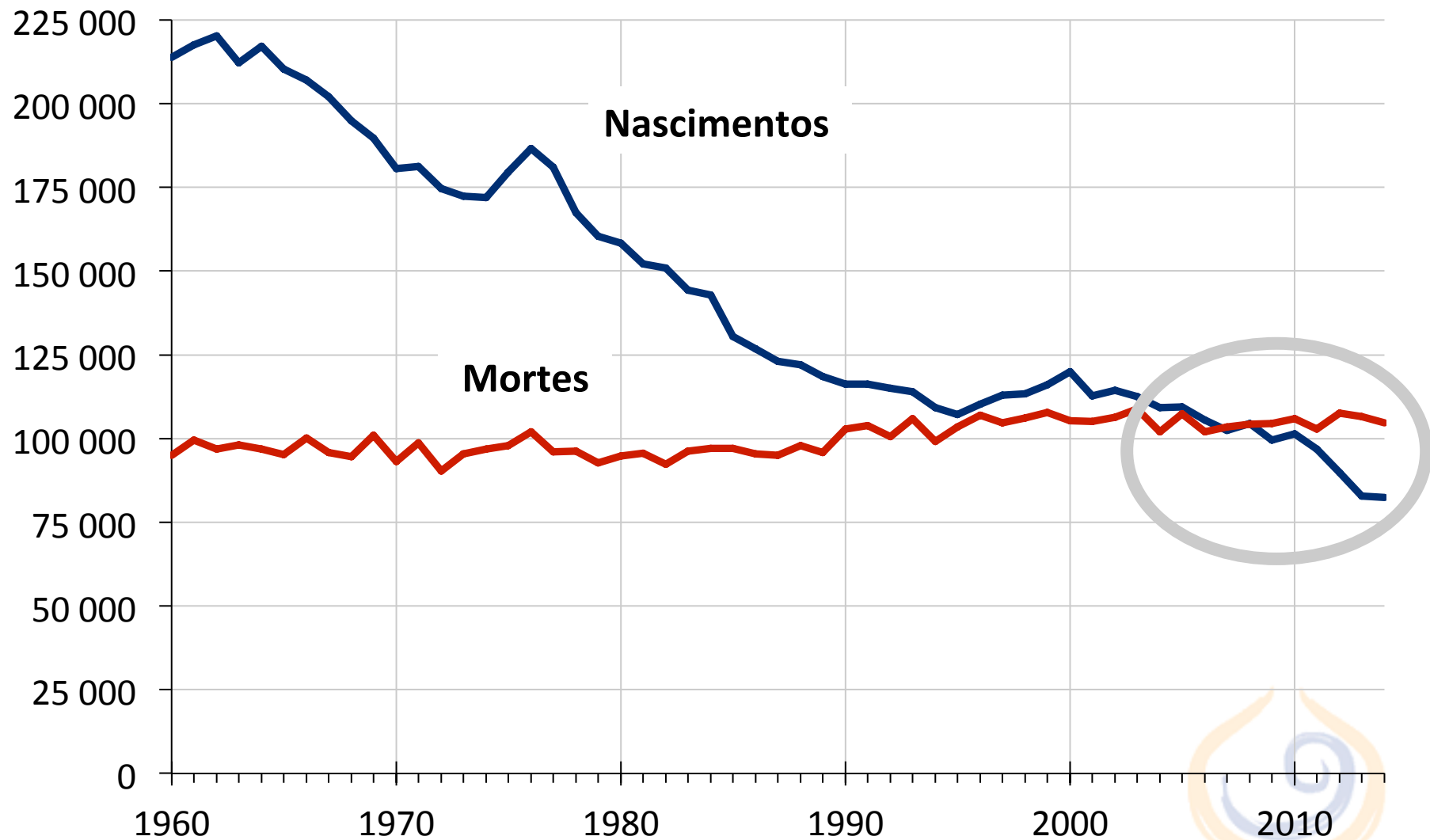
Contexto demográfico

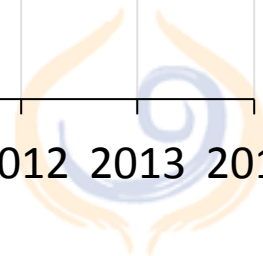
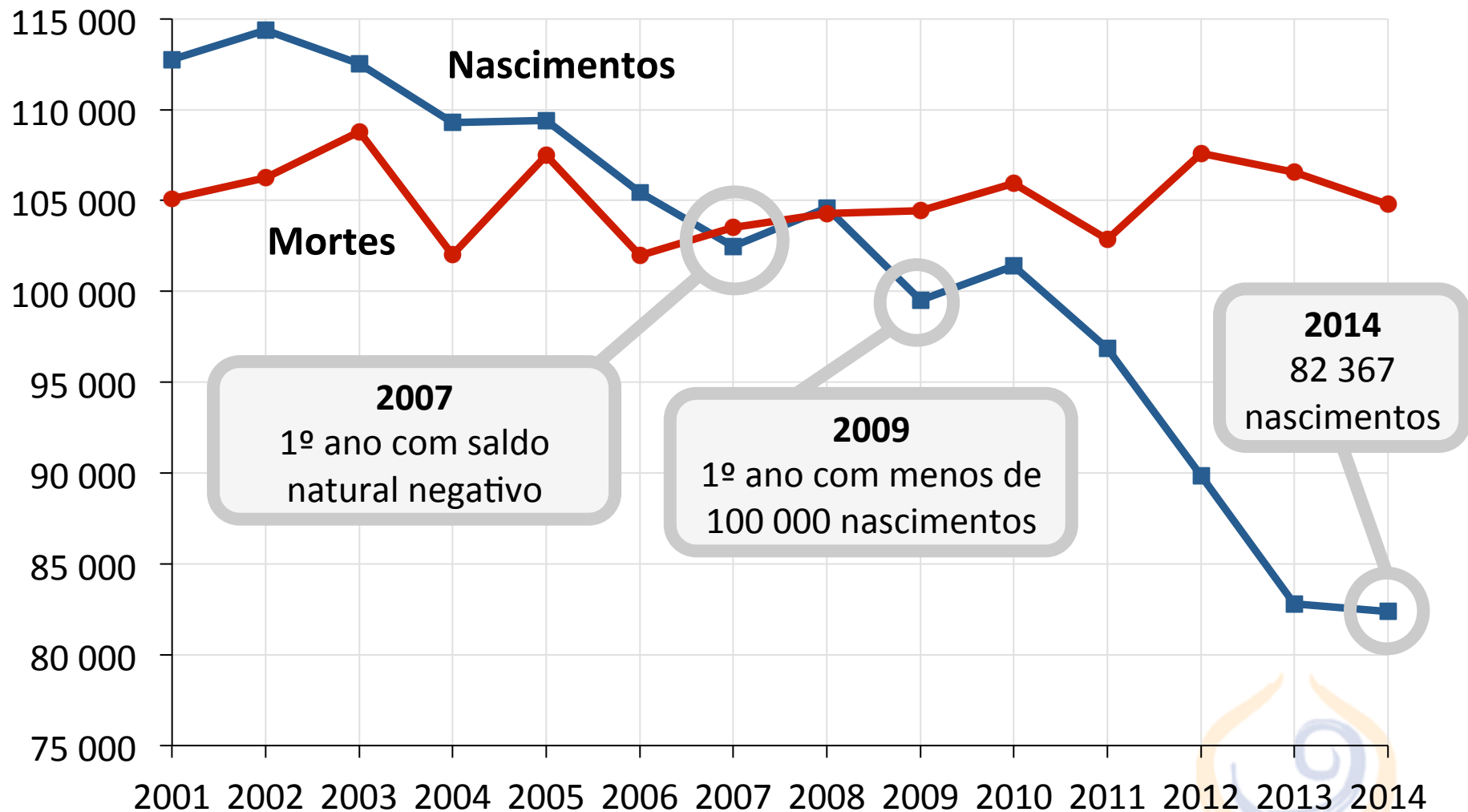
A Lei 16/2007 e os seu impactos

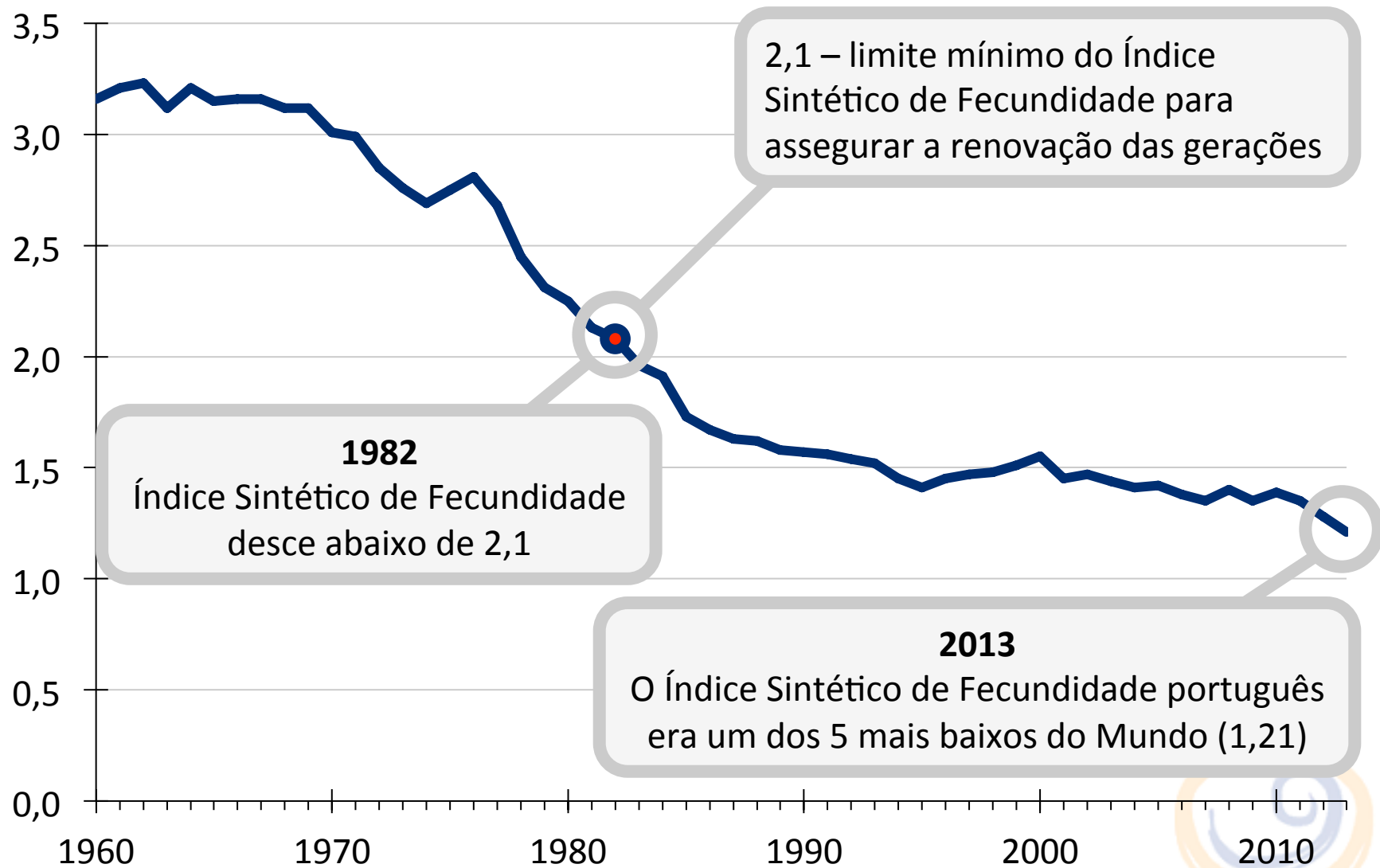
Aborto em Portugal

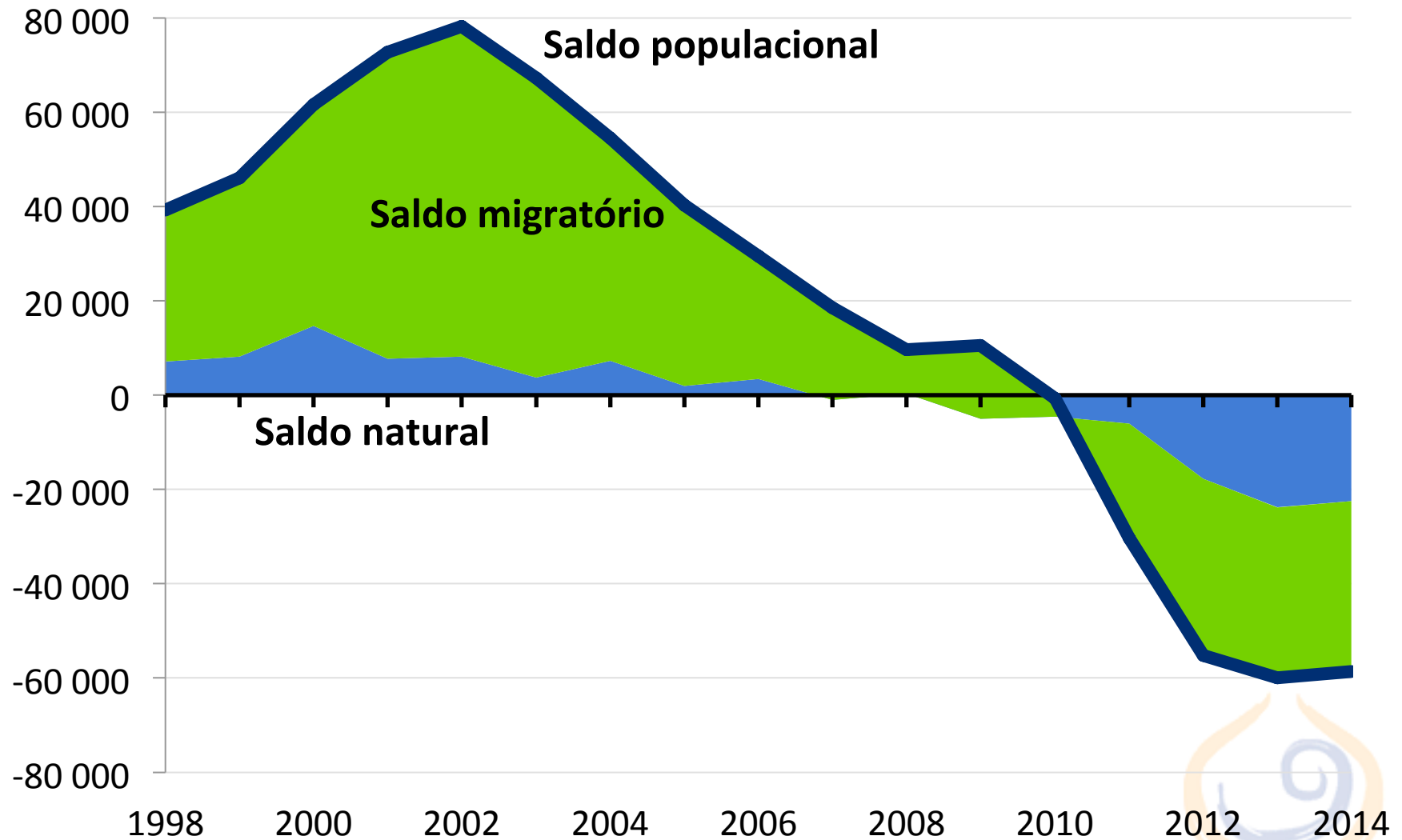
As mães que abortam



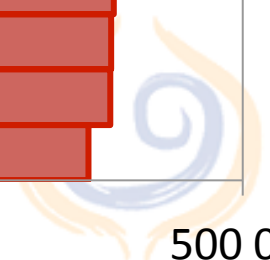
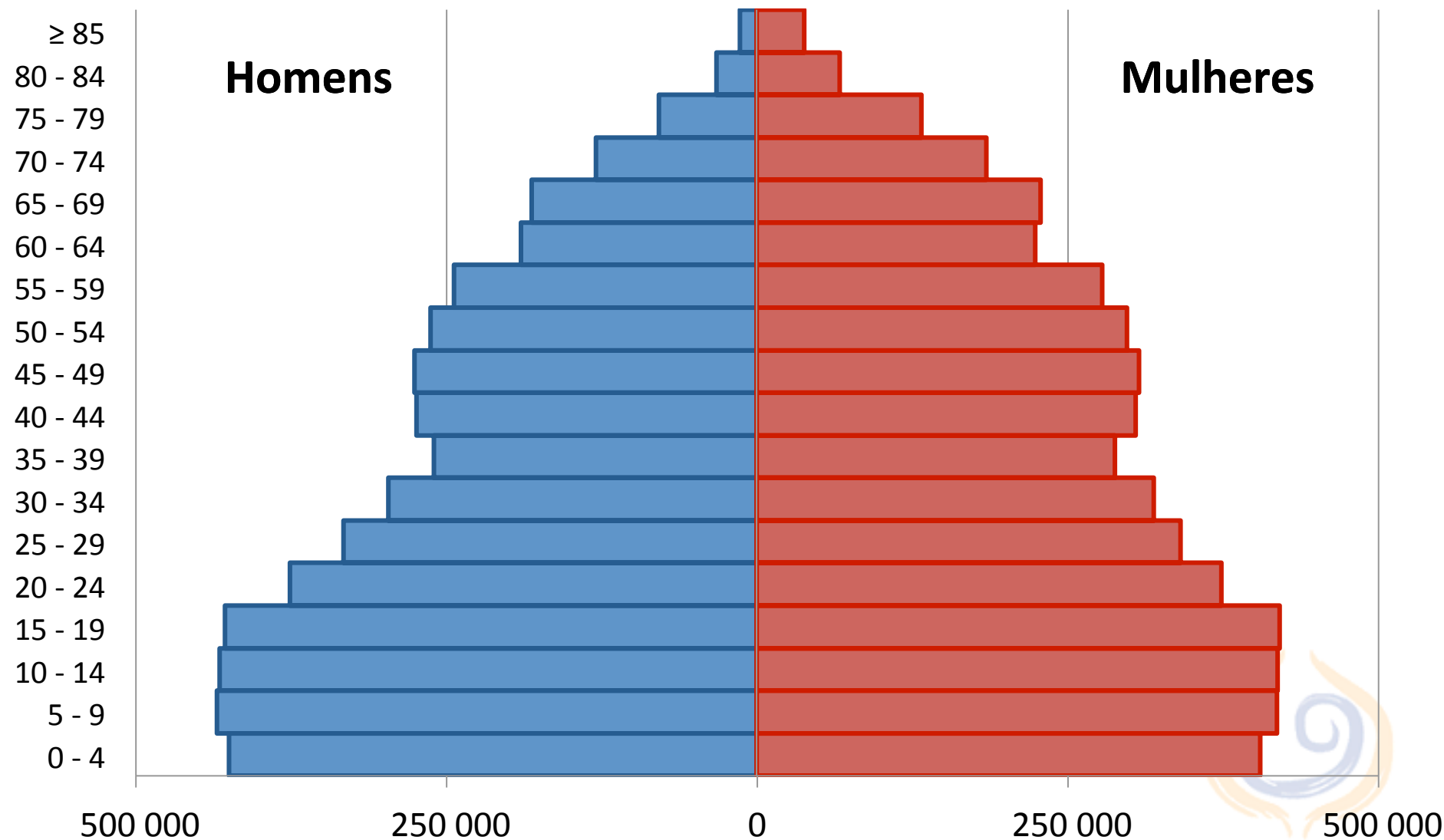




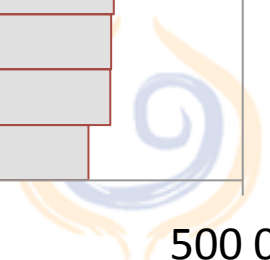
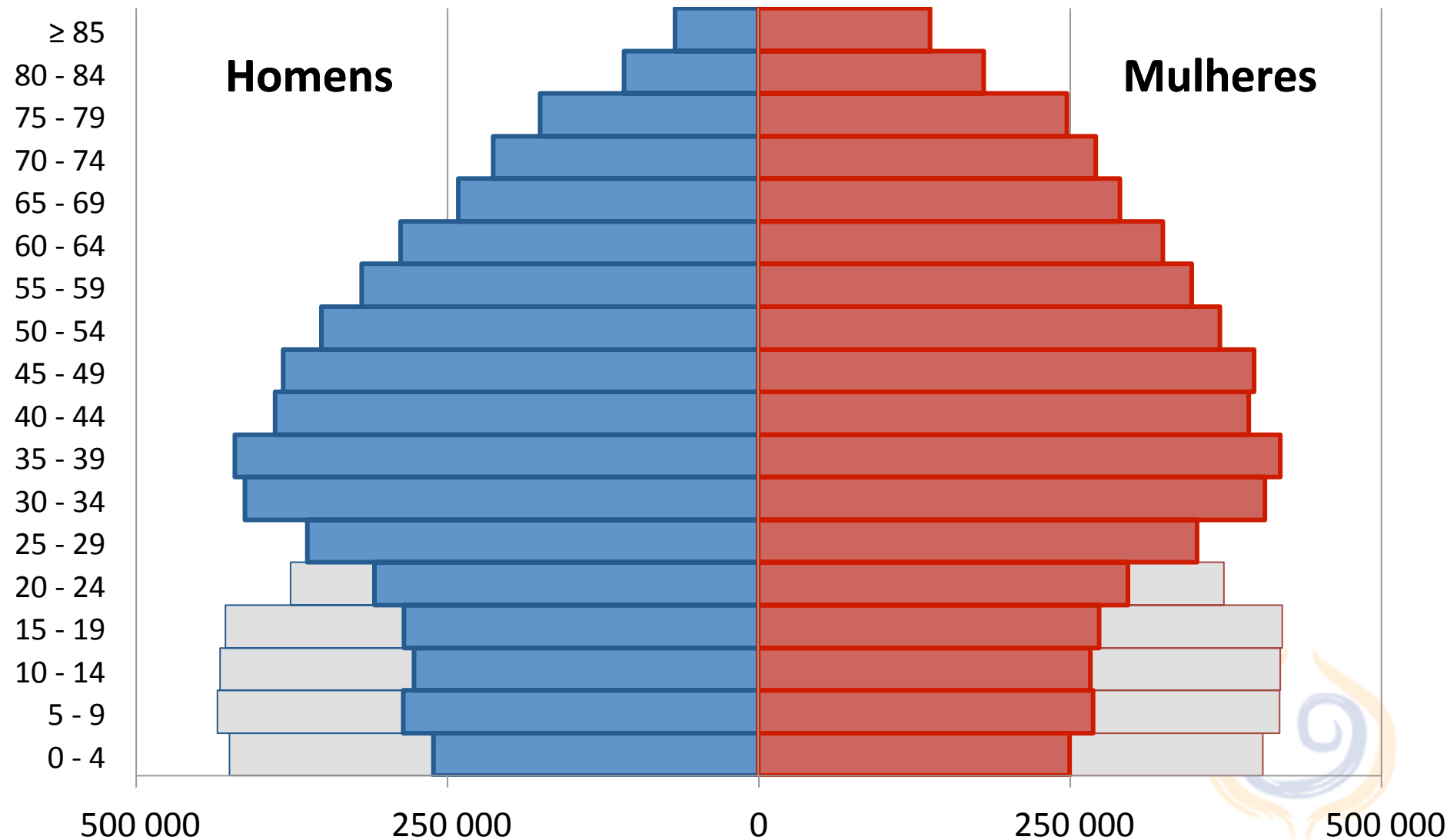




1980



2010



1 450 000

**pessoas em falta para
assegurar a renovação das
gerações em Portugal**

(nascimentos que seriam necessários, desde 1982, para assegurar em cada ano um índice sintético de fecundidade de 2,1)



Até 1984 - Aborto proibido em qualquer situação

1984 - Aborto permitido em casos de:

- Perigo para a saúde física ou psíquica da mãe
- Malformação ou doença incurável do bebé
- Violação

1998 - 1º referendo sobre o aborto. “Não” ganha (50,9%)

2007 - “Sim” pede aborto Raro, Legal e Seguro

- 2º referendo sobre o aborto. “Sim” ganha (59,3%)

- Aborto permitido “por opção da mulher”



Referendo de 1998

“Não” ganha com 50,9%
1 356 754 votos

Referendo não vinculativo
Abstenção de 68%

Despesas da campanha

- Total declarado: 332 k€
- Grupos cívicos: 63%
- Partido com maior orçamento:
PCP - 24% (79 mil euros)

=> Campanha da Sociedade Civil

Referendo de 2007

“Sim” ganha com 59,3%
2 231 529 votos

Referendo não vinculativo
Abstenção de 56%

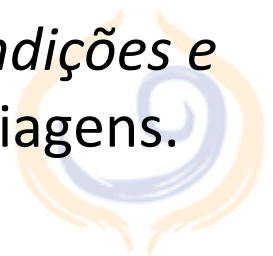
Despesas da campanha

- Total declarado: 1 315 k€
- Grupos cívicos: 17%
- Partido com maior orçamento:
PS - 63% (831 mil euros)

=> Campanha Política

Lei 16/2007 – “Exclusão da ilicitude nos casos de IVG”

- Exceção no Código Penal para “*a interrupção da gravidez [...quando] for realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gravidez.*”
- Prevê disponibilidade de informação sobre:
 - Condições e consequência do aborto;
 - Condições que o Estado pode dar à continuação da gravidez;
 - Disponibilidade de apoio psicológico e assistente social durante a reflexão.
- Encaminhamento para consulta de planeamento familiar.
- O SNS deve organizar-se para garantir a IVG nas “*condições e prazos legalmente previstos*” => Clínicas privadas e viagens.



Regulamentação da Lei 16/2007

através das Portarias 741-A/2007 e 781-A/2007 que definem:

- Equipas multidisciplinares para aconselhamento
- Registo obrigatório
- Afastamento dos objectores de consciência do acompanhamento de grávidas no período de reflexão
- Tabela de preços do aborto

Decreto-Lei 105/2008 e Decreto-Lei 91/2009 que definem:

- Subsídio por interrupção da gravidez, no valor de 100% da remuneração de referência da mulher que aborta



Implementação da Lei 16/2007

através de Circulares normativas da ACSS e da DGS:

- Acesso universal a mulheres residentes em Portugal, independentemente da sua situação legal
- Procedimentos a adotar pelos estabelecimentos de saúde
- Recolha e envio de informação sobre o aborto e complicações relacionadas dos serviços à DGS *“a cada seis meses”*



Despenalizar: “Abolir as sanções previstas”

VS.

Liberalizar: “Conceder livre acesso”

Depois de 2007, o aborto “por opção da mulher”:

- Tornou-se legal até às 10 semanas
- É financiado na íntegra pelo Estado, tanto no sector público como no privado (inclui deslocações e estadias)
- Manteve-se isento de taxas moderadoras
- Permite licenças de 14 a 30 dias pagas a 100%

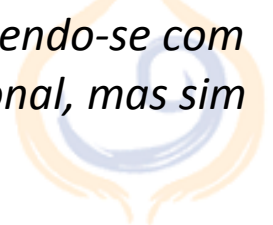


RESULTANDO:

na Banalização do aborto (1):

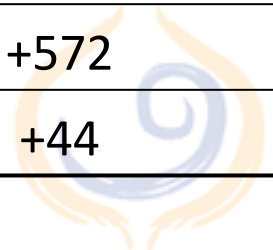
Inspeção da IGAS (2013) a 18 estabelecimentos

- *“incompletude no que respeita a registos clínicos e a documentação que deles deve obrigatoriamente constar”*
- *“Em 19% dos casos, a indicação sobre a forma como a utente teve acesso à consulta [para IVG] encontrava-se omissa”*
- *“A maioria dos registos clínicos [...] são ainda reveladores de algumas lacunas nos registos que importa corrigir”*
- *“Considera-se que deverão ser instituídos mecanismos que permitam detetar e controlar as IVG recorrentes, e que seria de equacionar o pagamento de uma taxa moderadora, que terá um efeito moralizador no acesso à IVG, pretendendo-se com isto que esta interrupção não seja vista como um método anticoncepcional, mas sim como um recurso para resolução de uma situação pontual”*



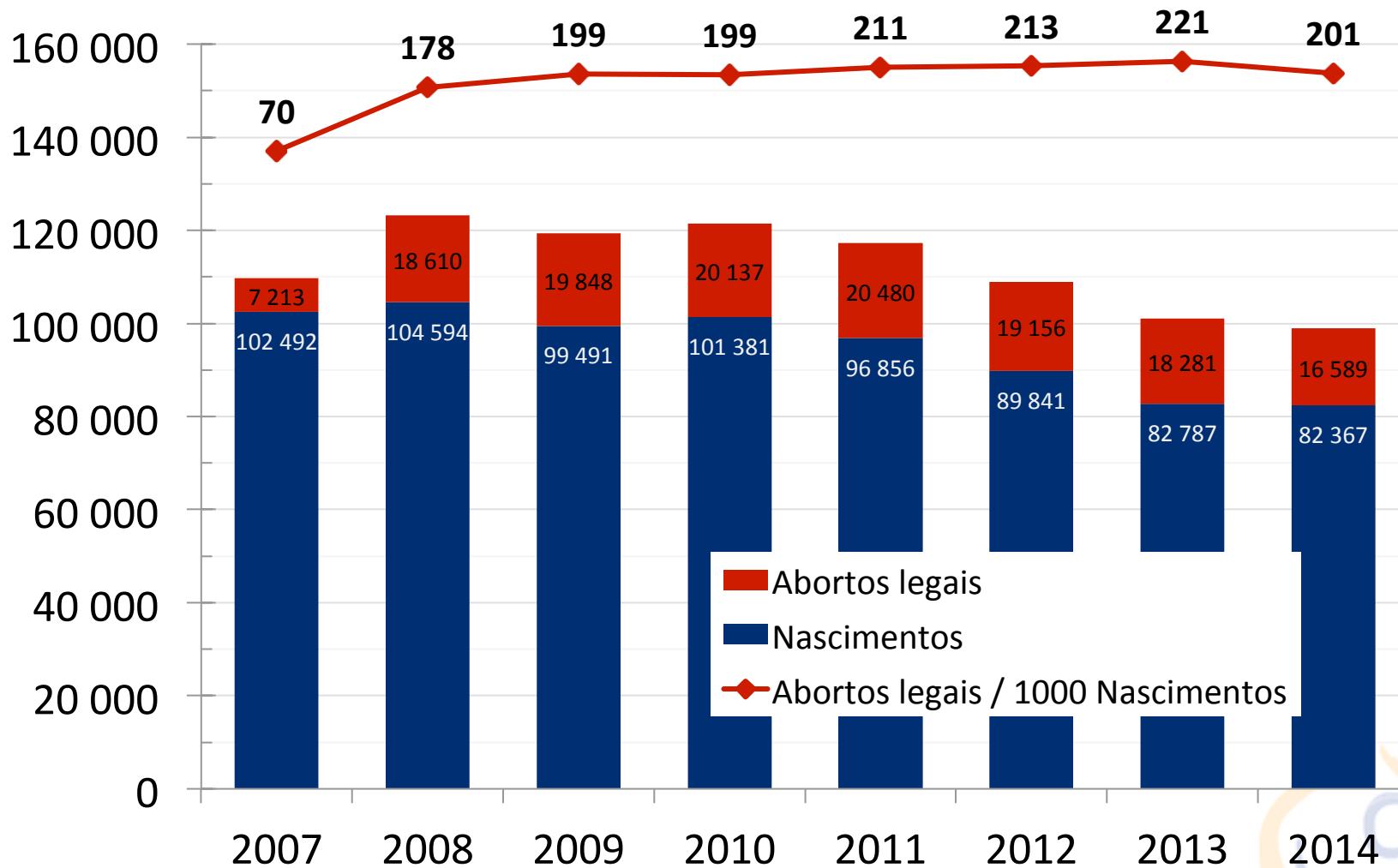
RESULTANDO:**na Banalização do aborto (2):****IGAS – grandes erros no registo de abortos em 2011**

Região	Data dos relatórios		Variação absoluta
	Dados recolhidos pela DGS	Dados verificados nas inspeções da IGAS	
<i>Norte</i>	1 567	1 744	+177
<i>Centro</i>	858	865	+7
<i>Lisboa</i>	8 216	8 788	+572
<i>Algarve</i>	585	629	+44
	+800		



RESULTANDO:**na Banalização do aborto (3):****DGS - Ajuste e reajuste do número de abortos “por opção da mulher”**

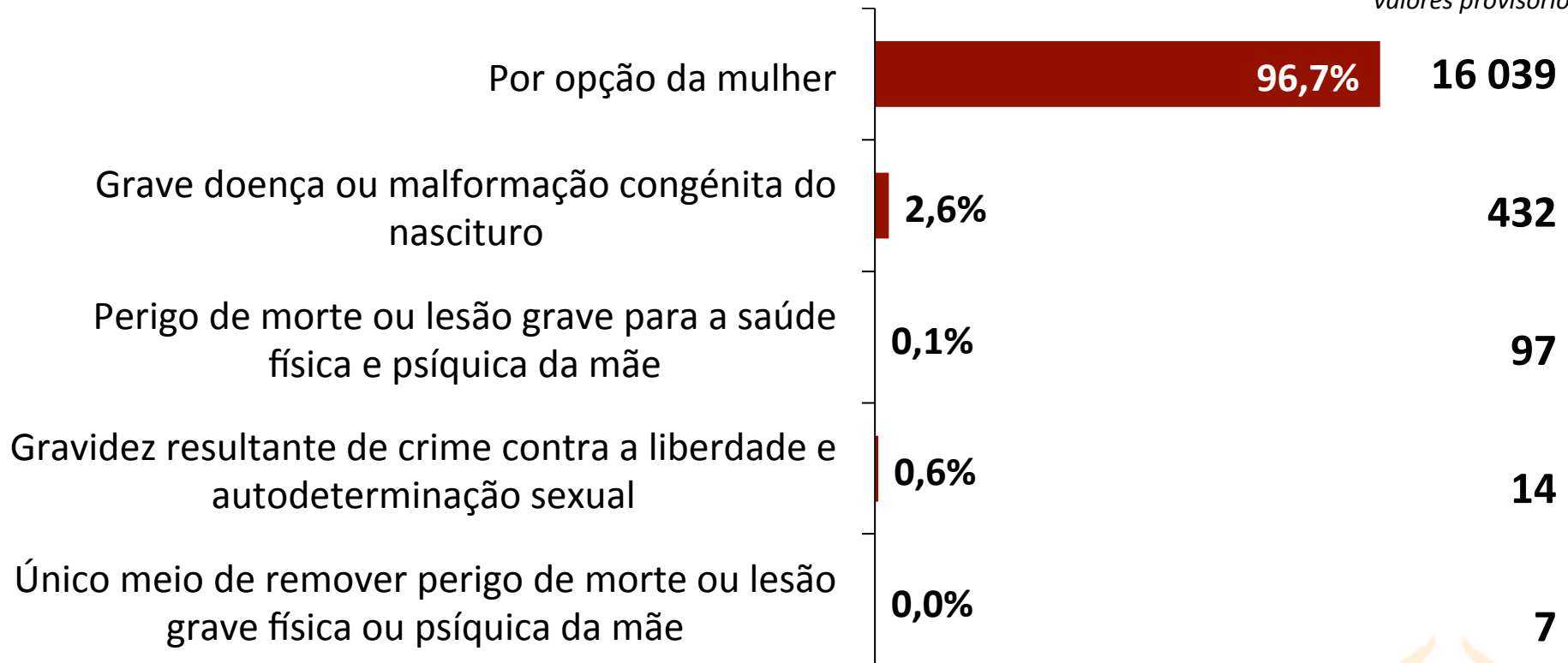
Período em análise	Data dos relatórios									Variação absoluta
	Fev-08	Fev-09	Mar-10	Nov-10	Mar-11	Mar-12	Mar-13	Mai-14	Jun-15	
2007	6 107			6 328						221
2008		17 518	18 014	18 017						499
2009			18 951	19 218	19 222					271
2010					18 911	19 560				649
2011						19 802	19 921			119
2012							18 408	18 615		207
2013								17 414	17 728	314
2014									16 039	?

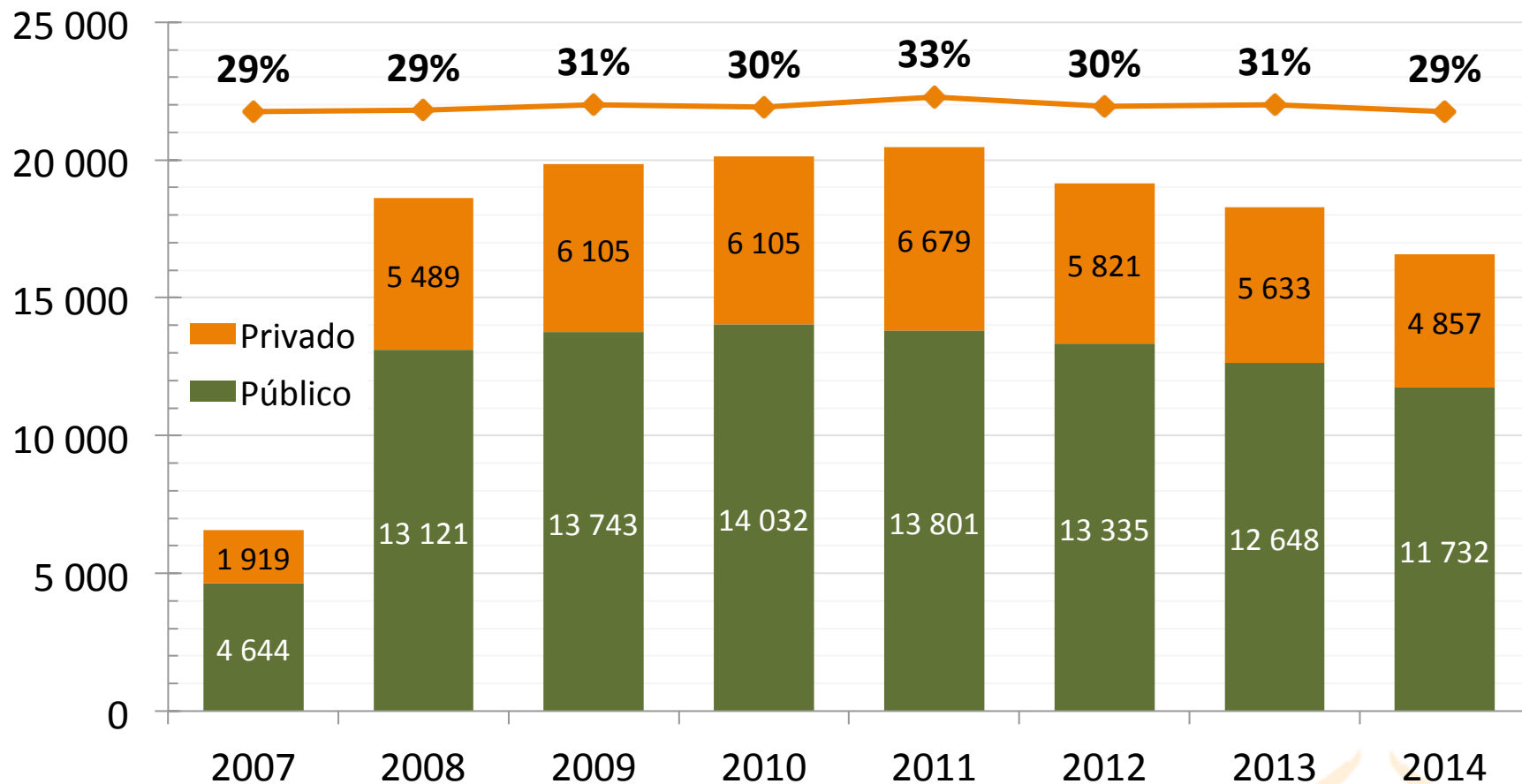


valores provisórios

**Abortos legais
em 2014**

valores provisórios



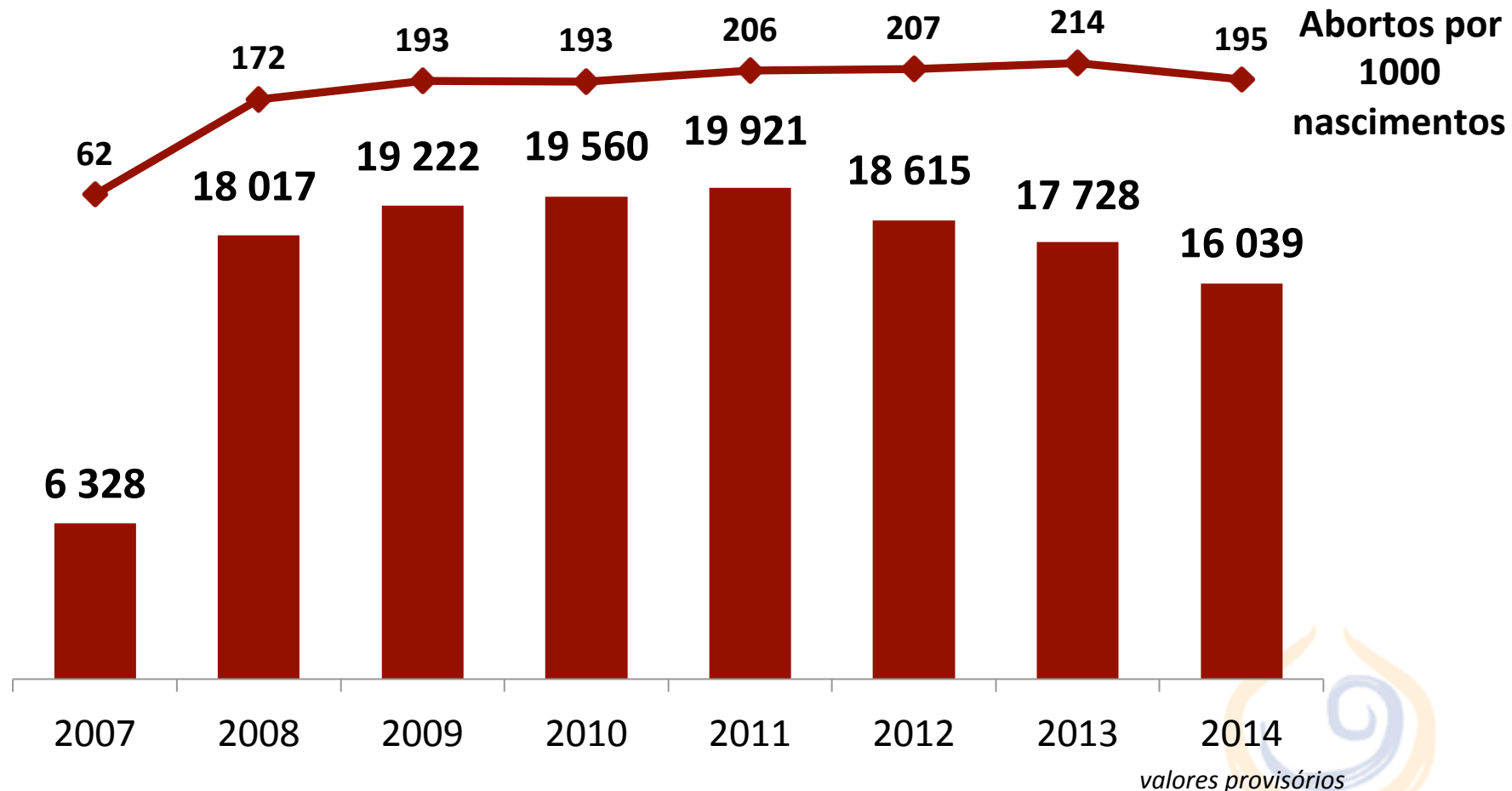


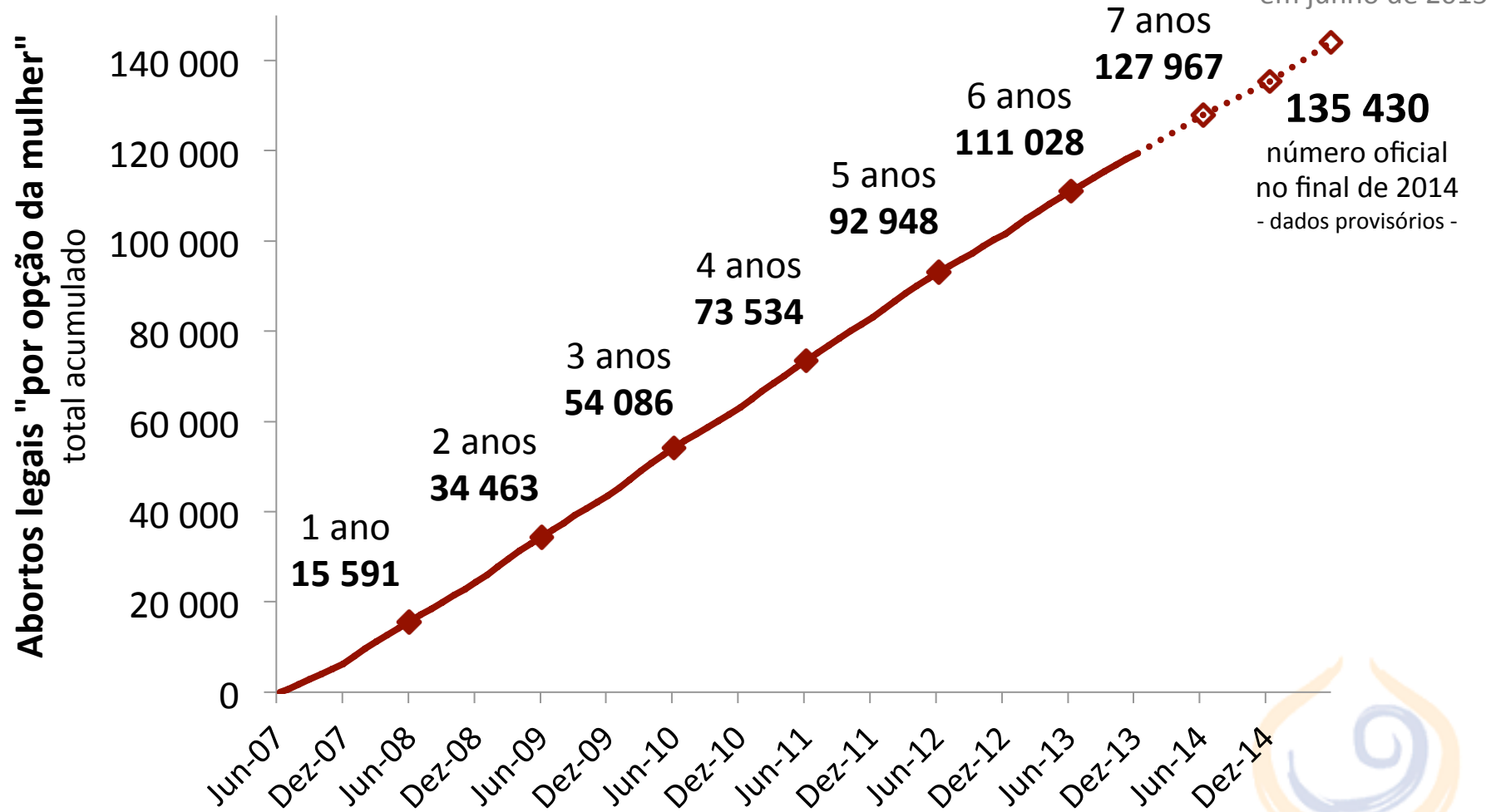
Inst. privadas que realizam abortos legais

Ano	3	4	4	3	3	4	3
2007	Clínica dos Arcos Clínica de Oiã Hosp. SAMS	Clínica dos Arcos Clínica de Oiã Hosp. SAMS Hosp. Lusíadas	Clínica dos Arcos Clínica de Oiã Hosp. SAMS Hosp. Lusíadas	Clínica dos Arcos Hosp. SAMS Hosp. Lusíadas	Clínica dos Arcos Hosp. SAMS Hosp. Lusíadas	Clínica dos Arcos Hosp. SAMS Hosp. Lusíadas Clínica Soerad	Clínica dos Arcos Clínica Multimédica Hosp. SAMS



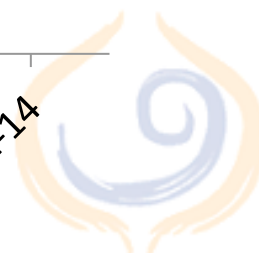
#	Concelho	Instituição	Abortos legais		
			2014	acumulado 2007-2014	
1	Lisboa	Clínica dos Arcos	4 703	40 762	29%
2	Lisboa	Maternidade Alfredo da Costa	1 262	10 471	8%
3	Porto	Maternidade Júlio Diniz	1 047	7 363	5%
4	Loures	Hosp. Beatriz Ângelo	697	1 982	1%
5	Almada	Hosp. Garcia de Orta	692	5 701	4%
6	Faro	Hosp. Faro	678	5 540	4%
7	Setúbal	Hosp. S. Bernardo	516	4 526	3%
8	Porto	Hosp. S. João	494	3 721	3%
9	Lisboa	Hosp. S.ta Maria	487	3 823	3%
10	Coimbra	Maternidade Bissaya Barreto	482	4 298	3%





Nota: Dados de 2014 provisórios. Dados de 2015 estimados

Fonte: DGS; Análise FPV



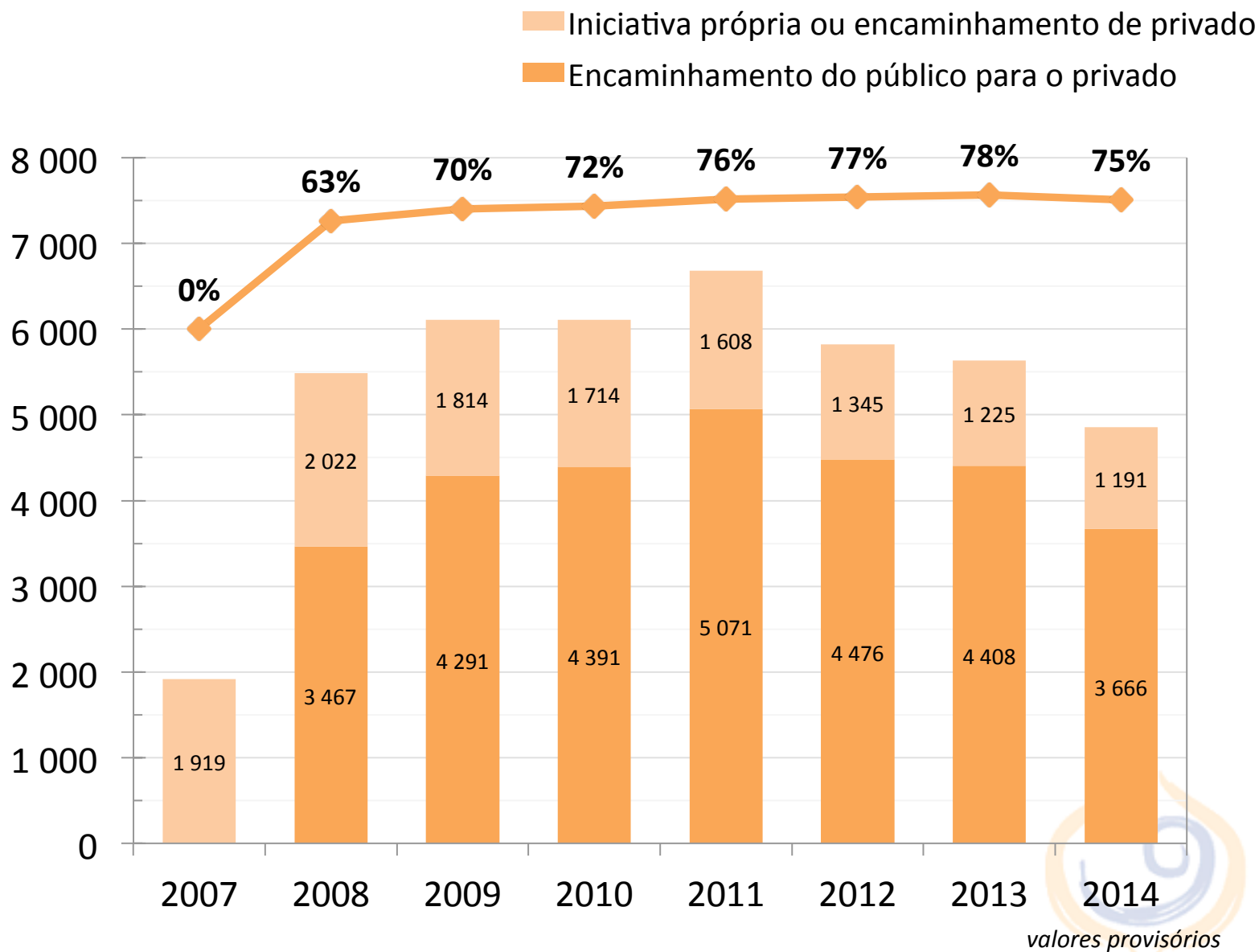
144 000

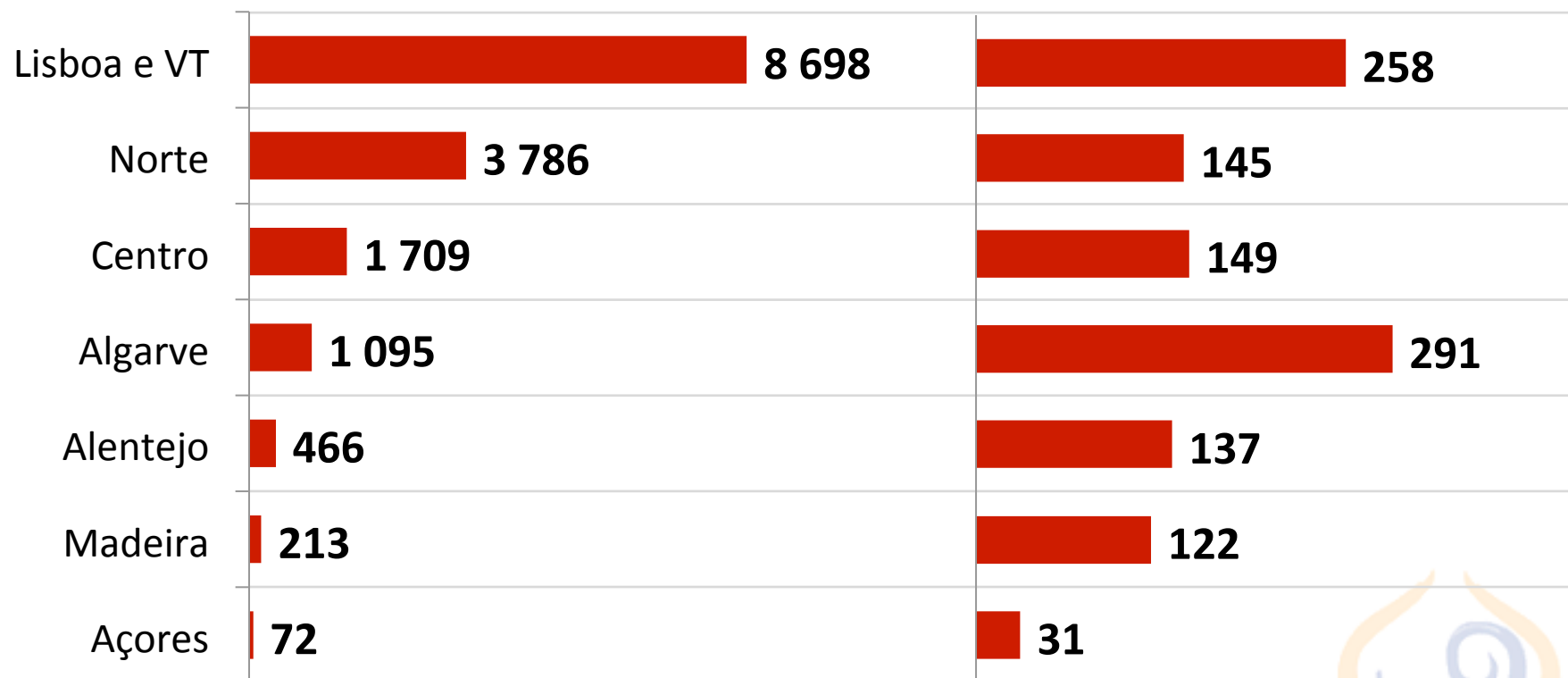
**Abortos legais
“por opção da mulher”
desde a Lei 16/2007**

estimados até junho de 2015



Abortos legais "por opção da mulher" no Privado

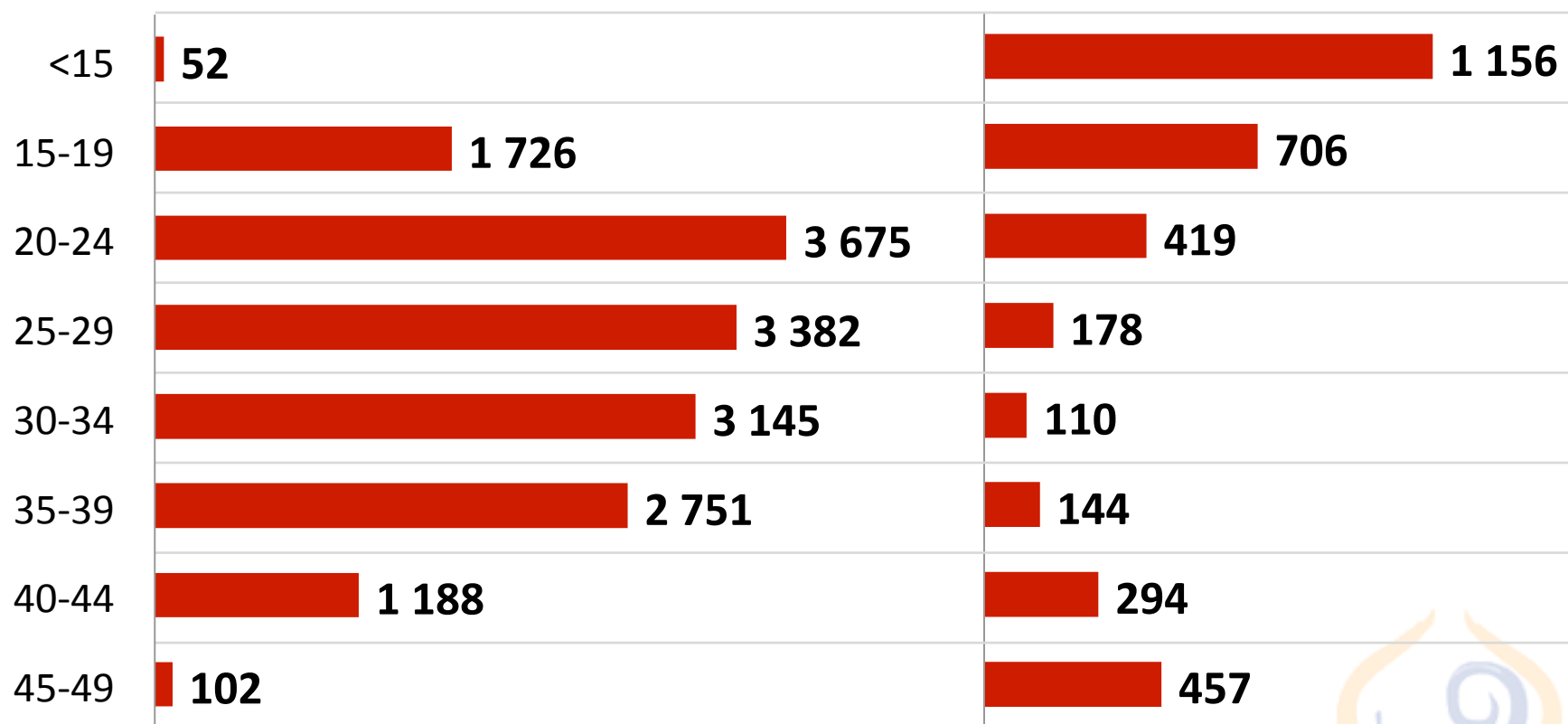


Abortos por região de residência da mãe em 2014Total de abortos legais
“por opção da mulher”Intensidade
(abortos / 1 000 nascimentos)*valores de 2014 são provisórios*

Abortos legais “por opção da mulher” em 2014

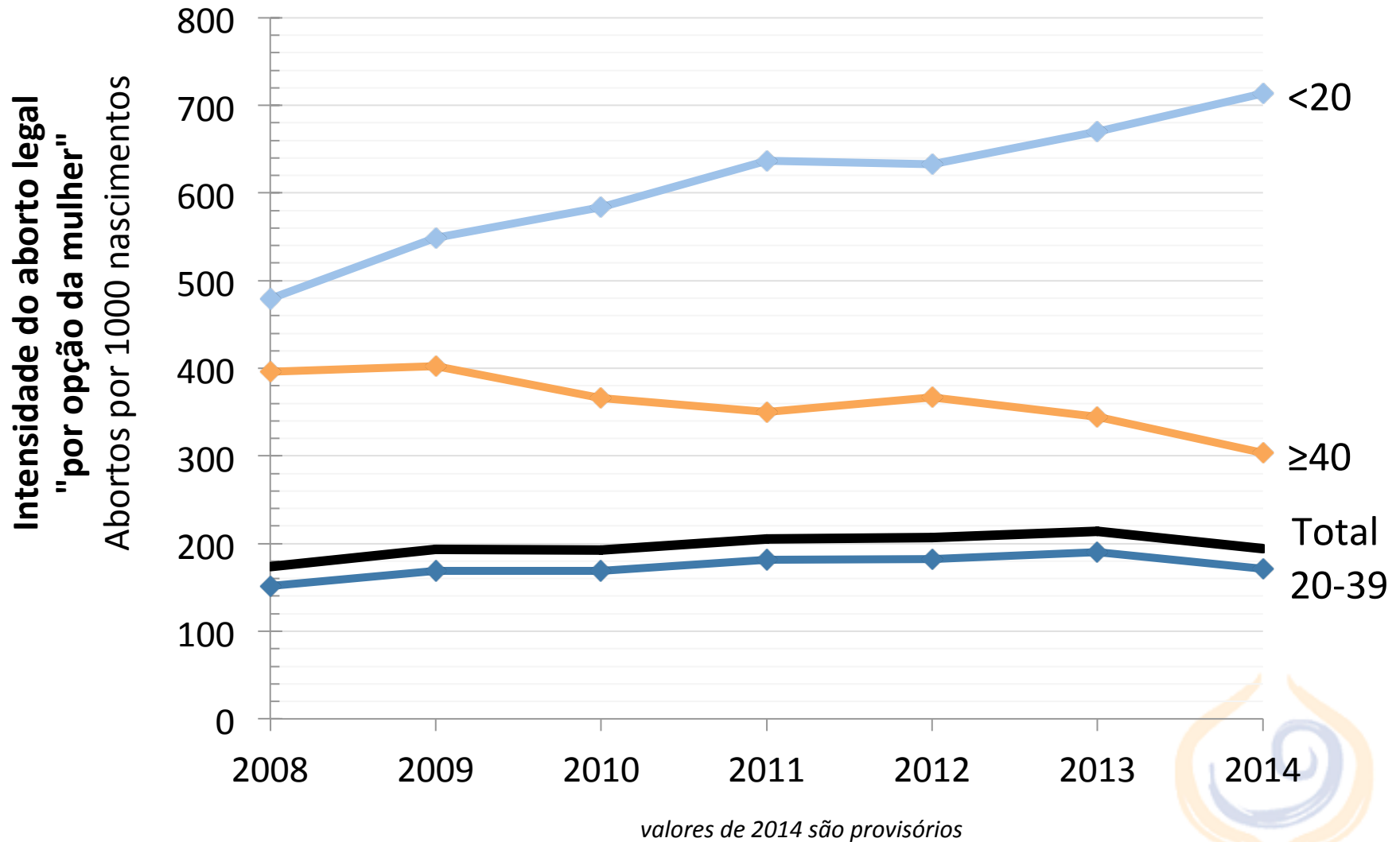
Total de abortos legais
“por opção da mulher”

Intensidade
(abortos / 1 000 nascimentos)



valores de 2014 são provisórios

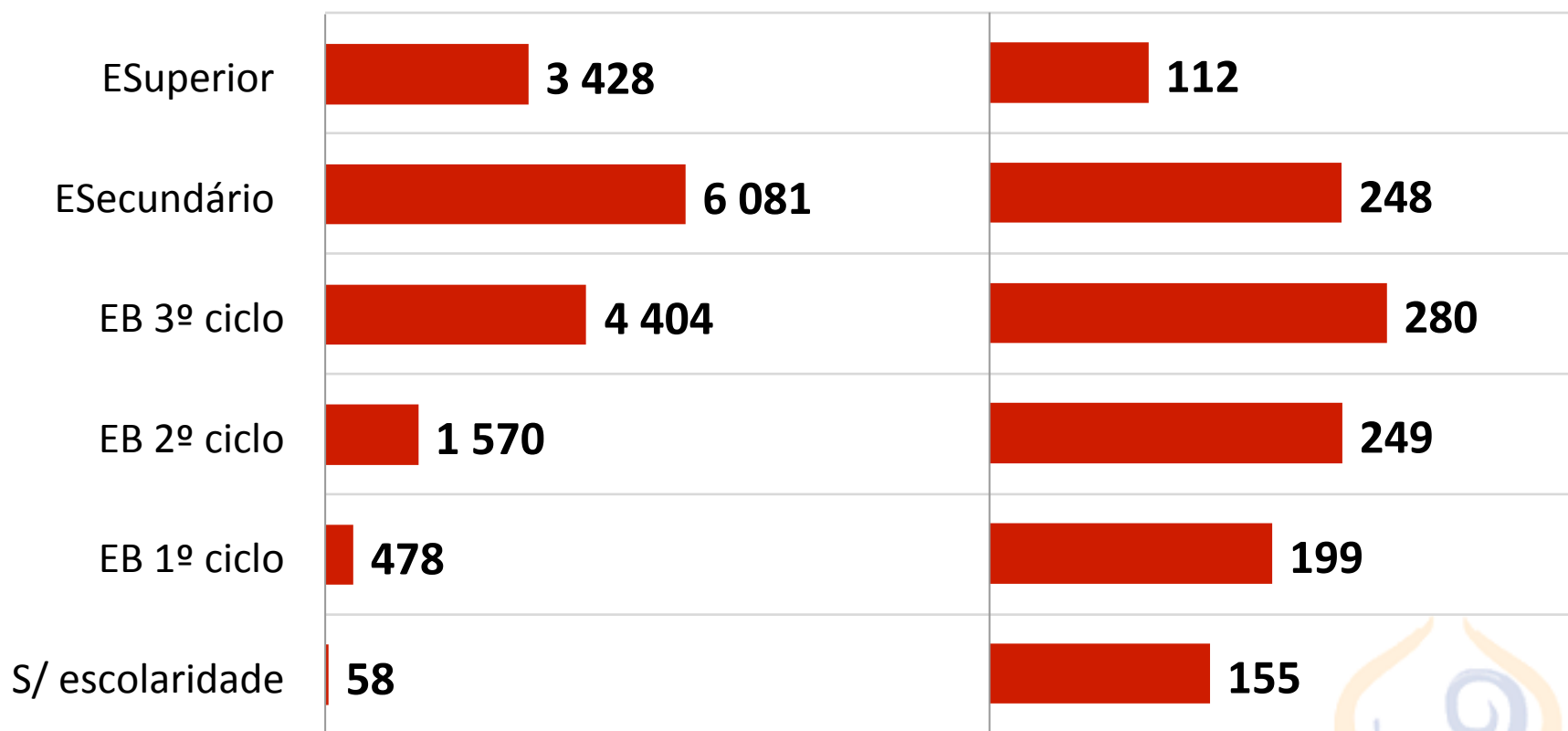




Abortos legais “por opção da mulher” em 2014

Total de abortos legais
“por opção da mulher”

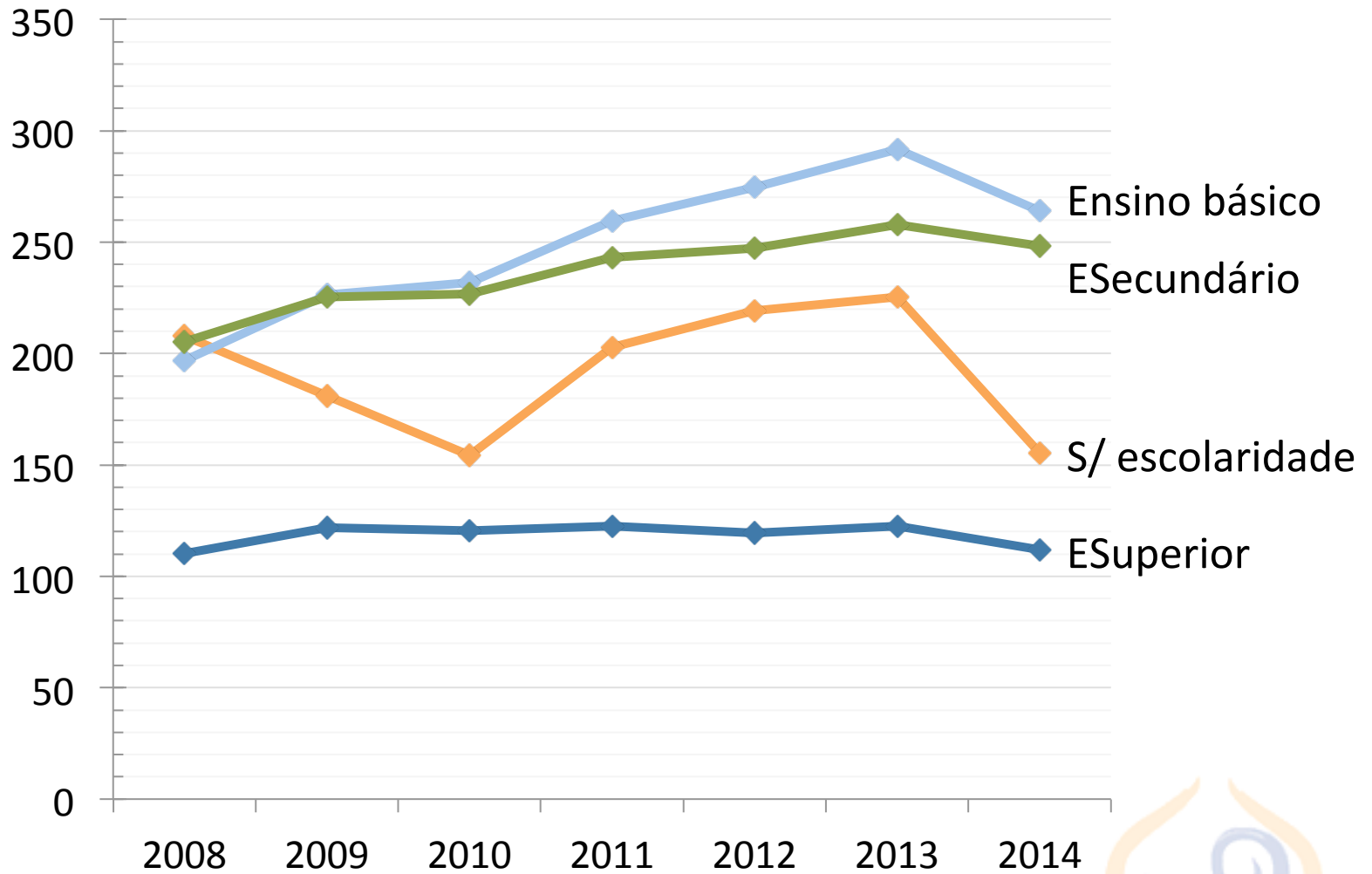
Intensidade
(abortos / 1000 nascimentos)



valores de 2014 são provisórios



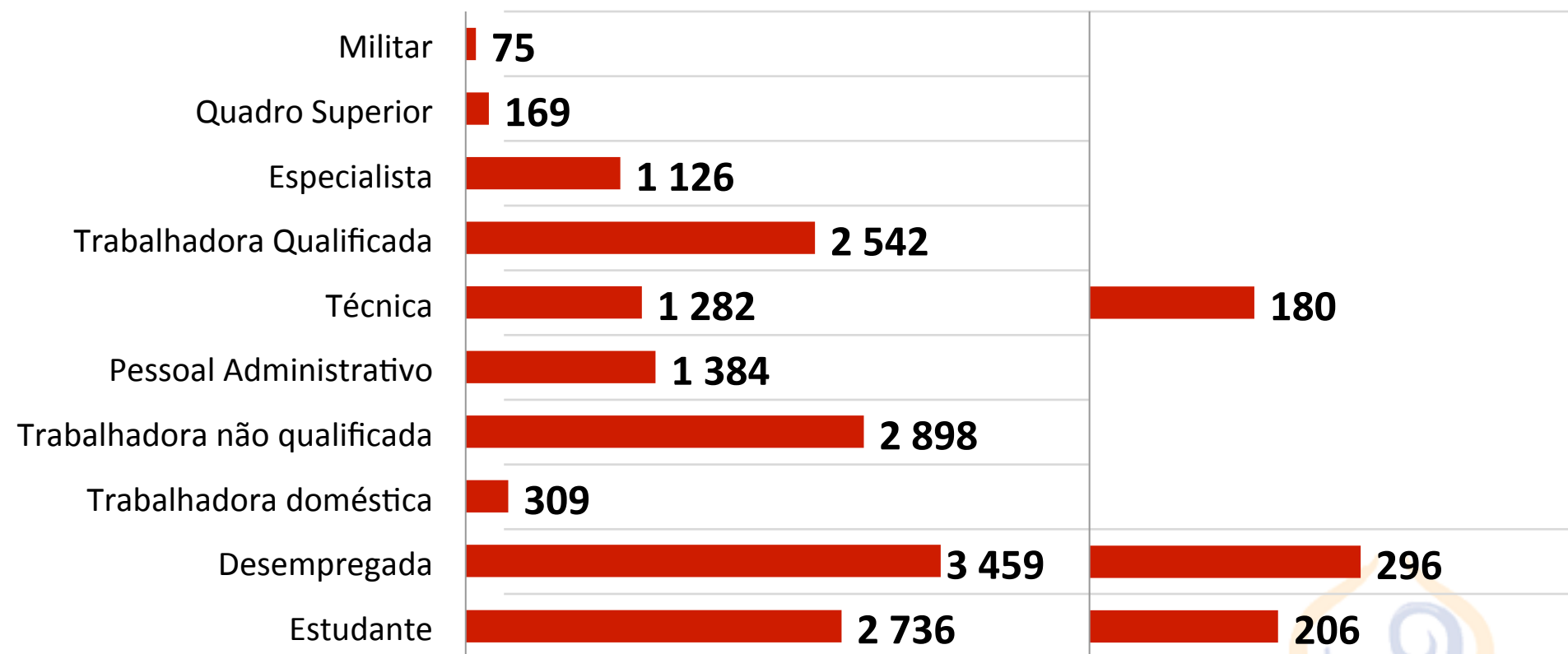
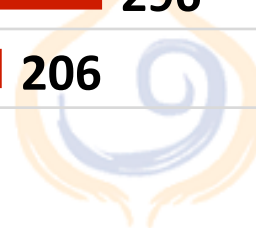
Intensidade do aborto legal
"por opção da mulher"
Abortos por 1000 nascimentos



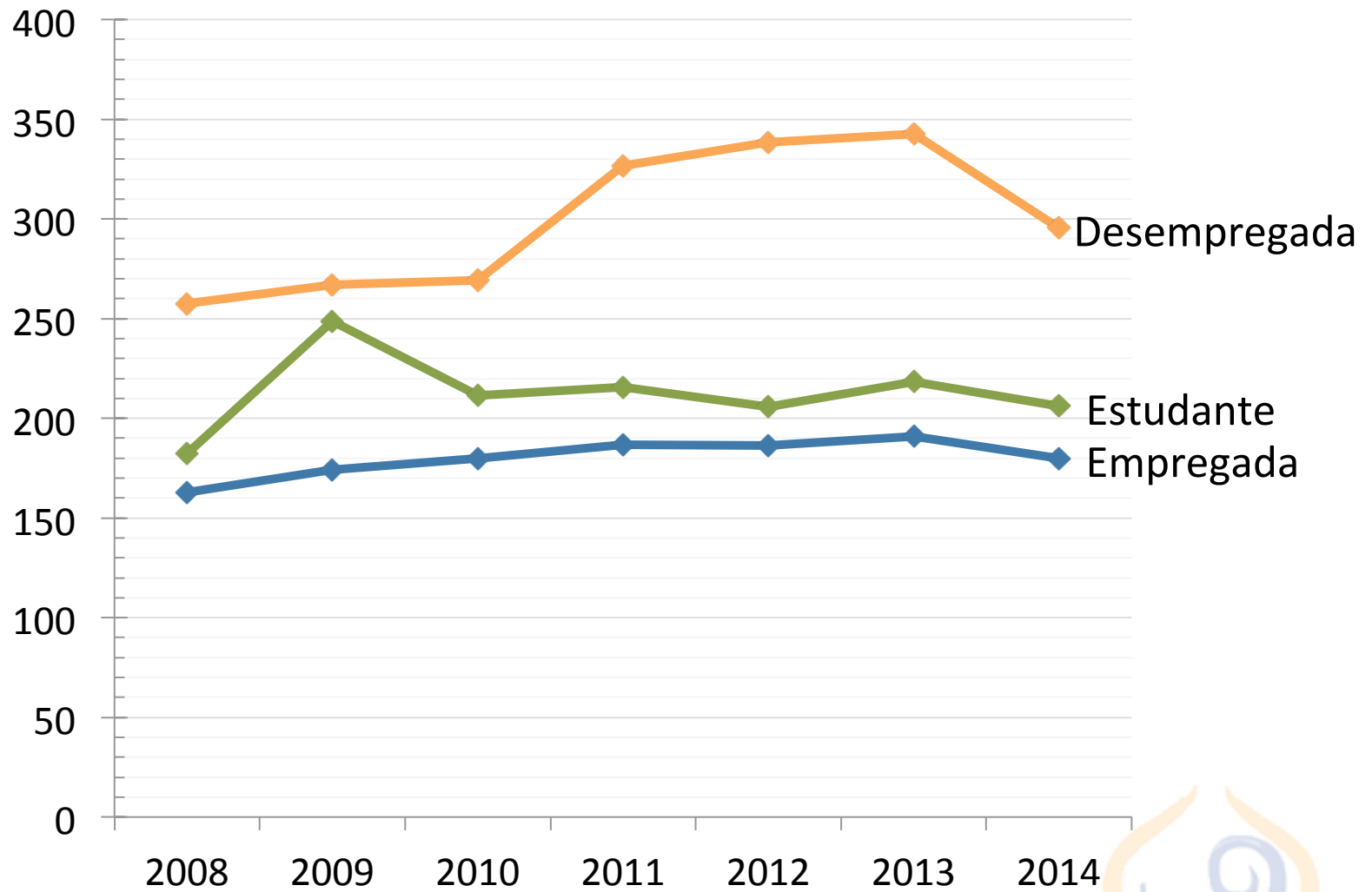
valores de 2014 são provisórios



Abortos legais “por opção da mulher” em 2014

Total de abortos legais
“por opção da mulher”Intensidade
(abortos / 1000 nascimentos)*valores de 2014 são provisórios*

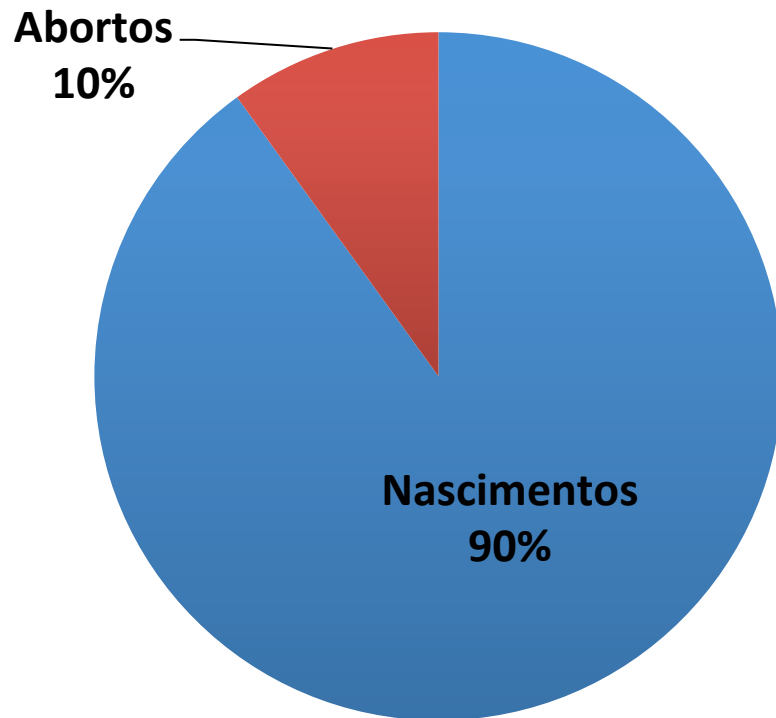
Intensidade do aborto legal
"por opção da mulher"
Abortos por 1000 nascimentos



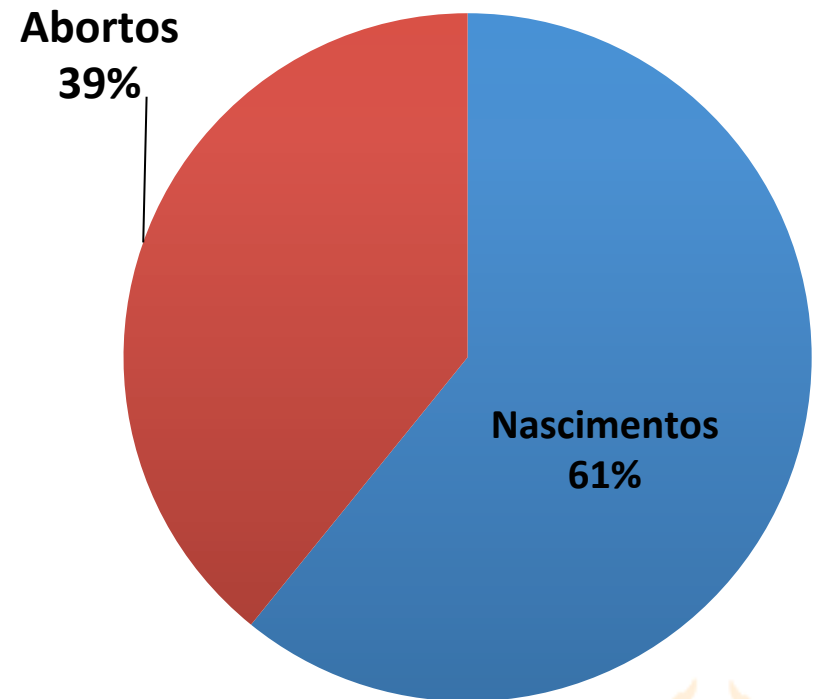
valores de 2014 são provisórios



Vive com o pai do seu bebé

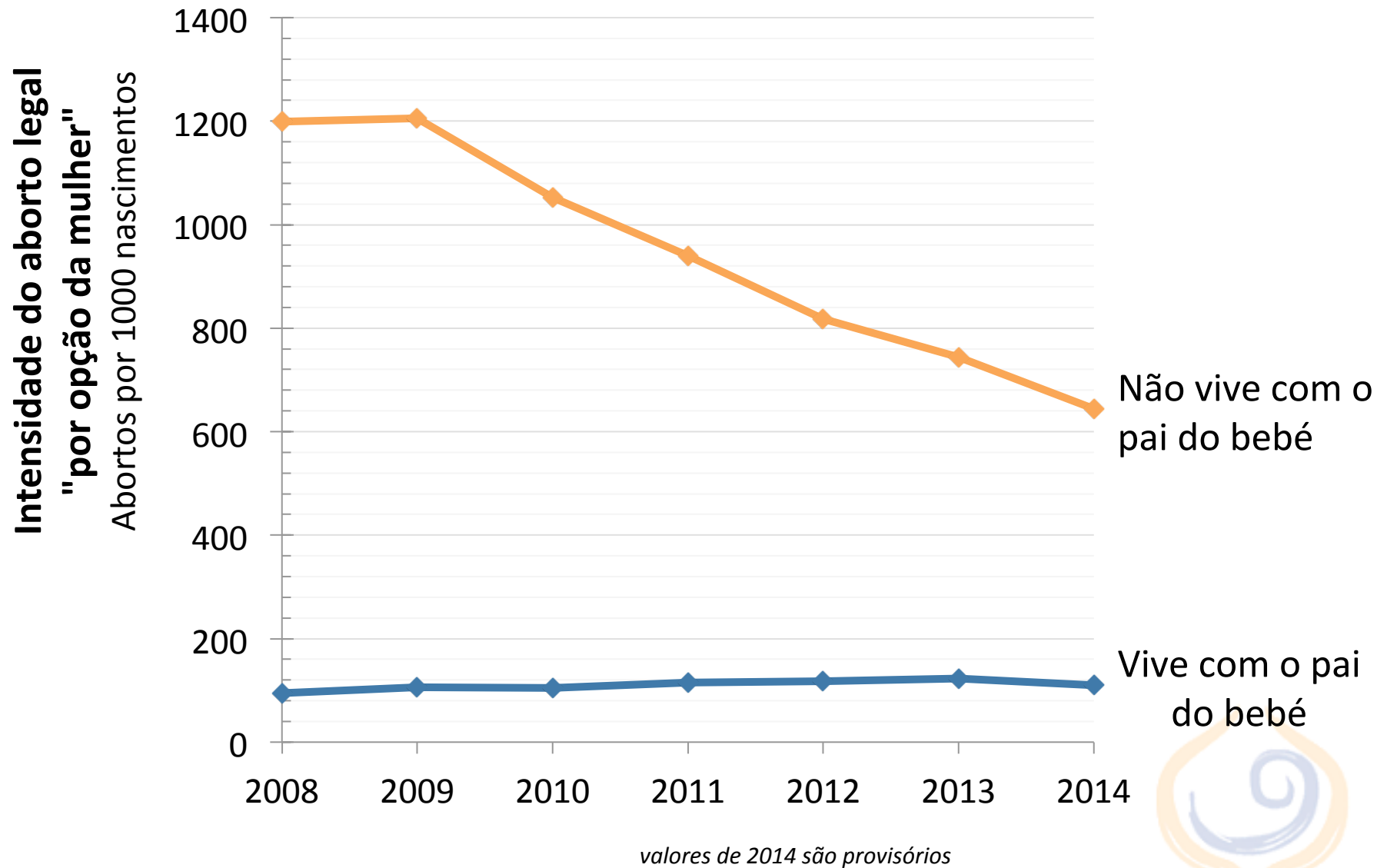


Não vive com o pai do seu bebé



valores de 2014 são provisórios

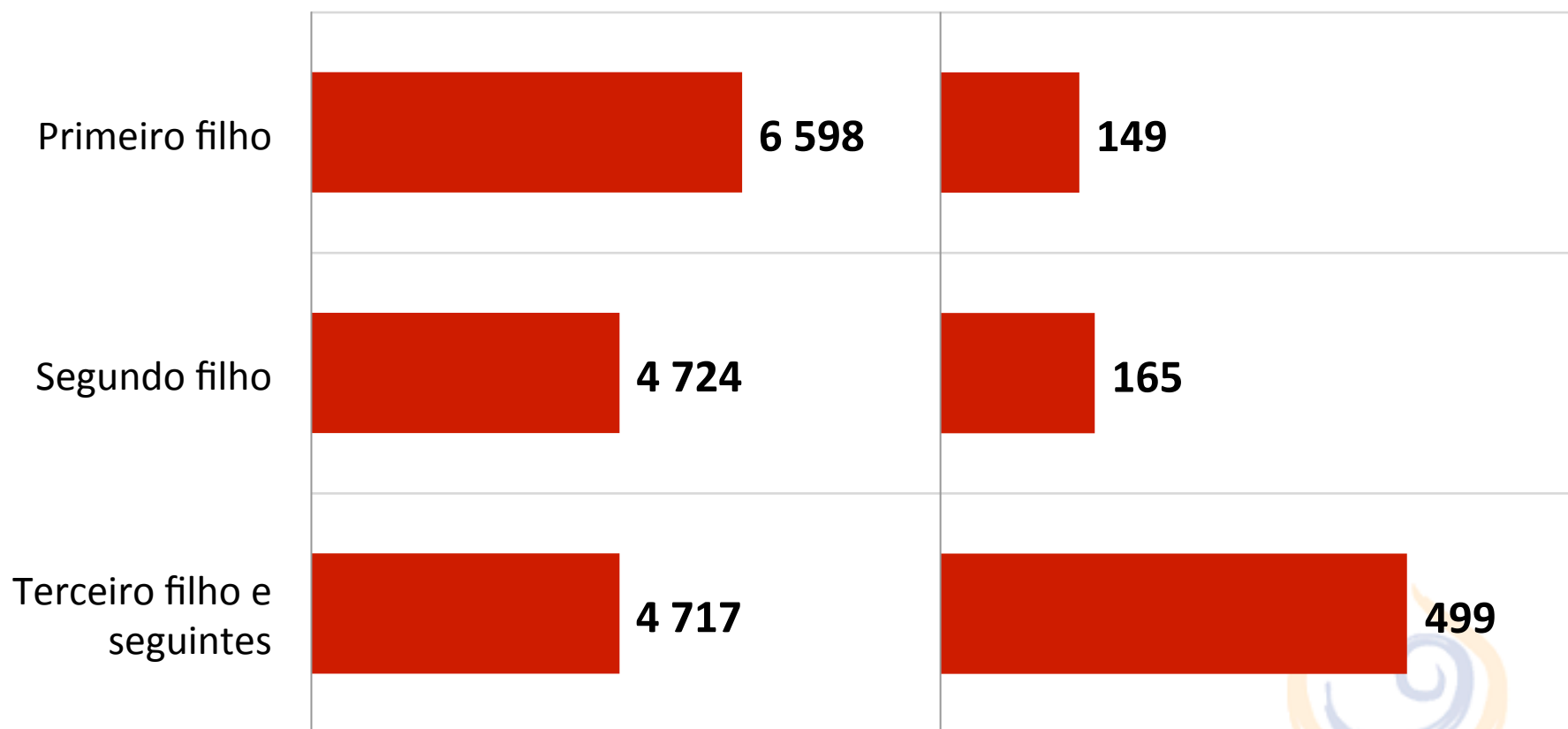




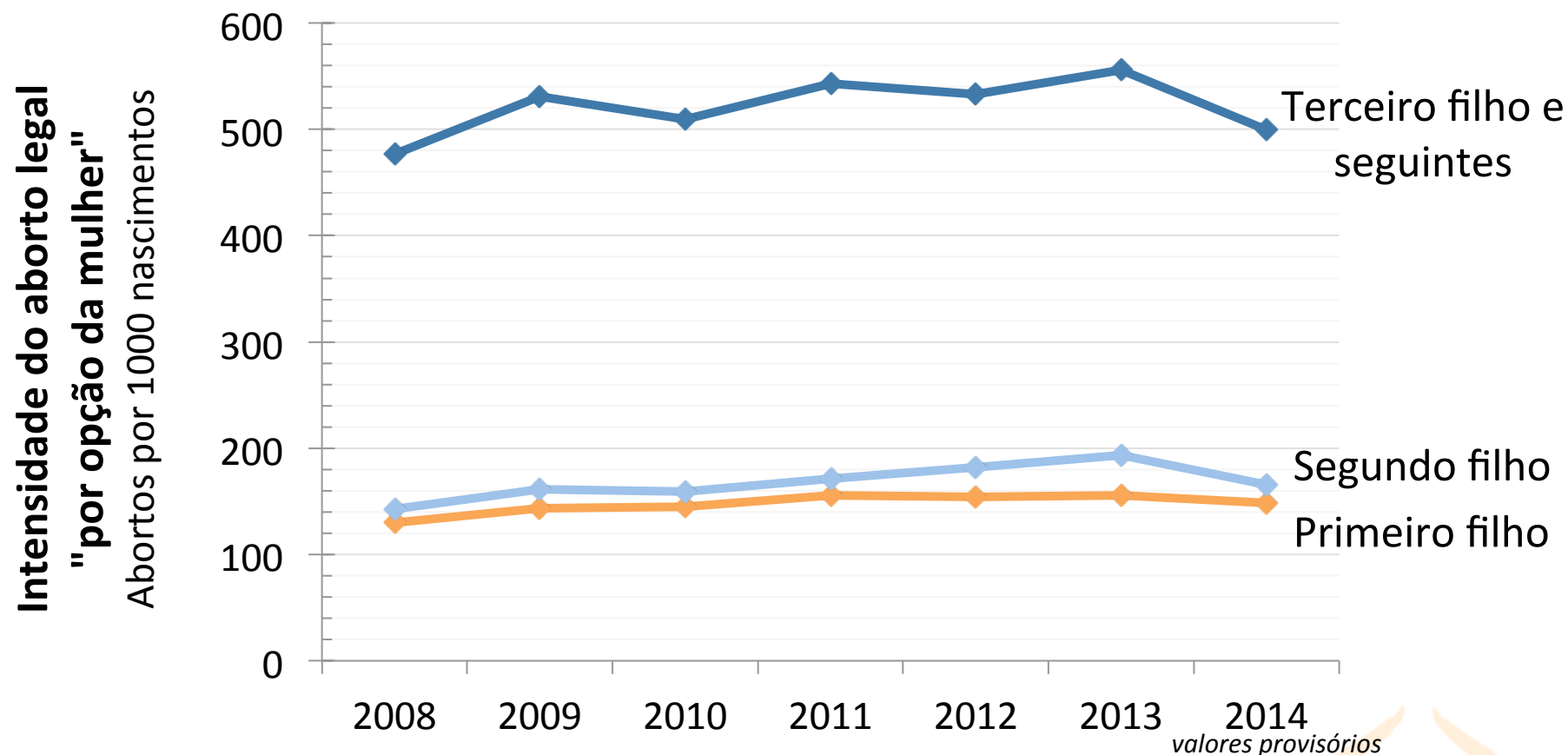
Abortos legais “por opção da mulher” em 2014

Total de abortos legais
“por opção da mulher”

Intensidade
(abortos / 1000 nascimentos)



valores de 2012 são provisórios

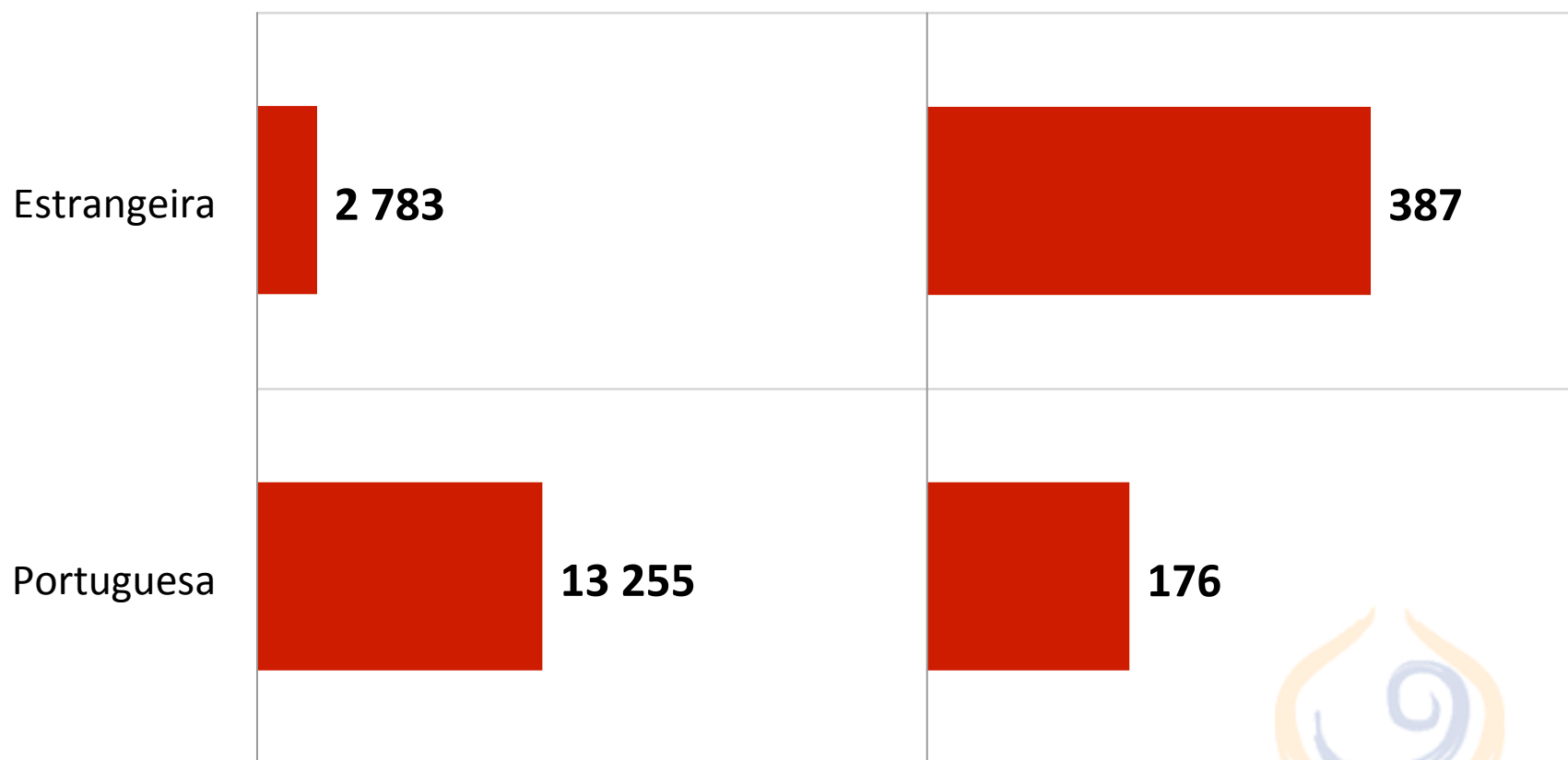


- Mais de um terço dos terceiros filhos e seguintes são abortados “por opção da mãe”.
- A probabilidade de um terceiro filho ser abortado “por opção da mãe” é quase 3x superior à de um primeiro ou segundo filho.

Abortos legais “por opção da mulher” em 2014

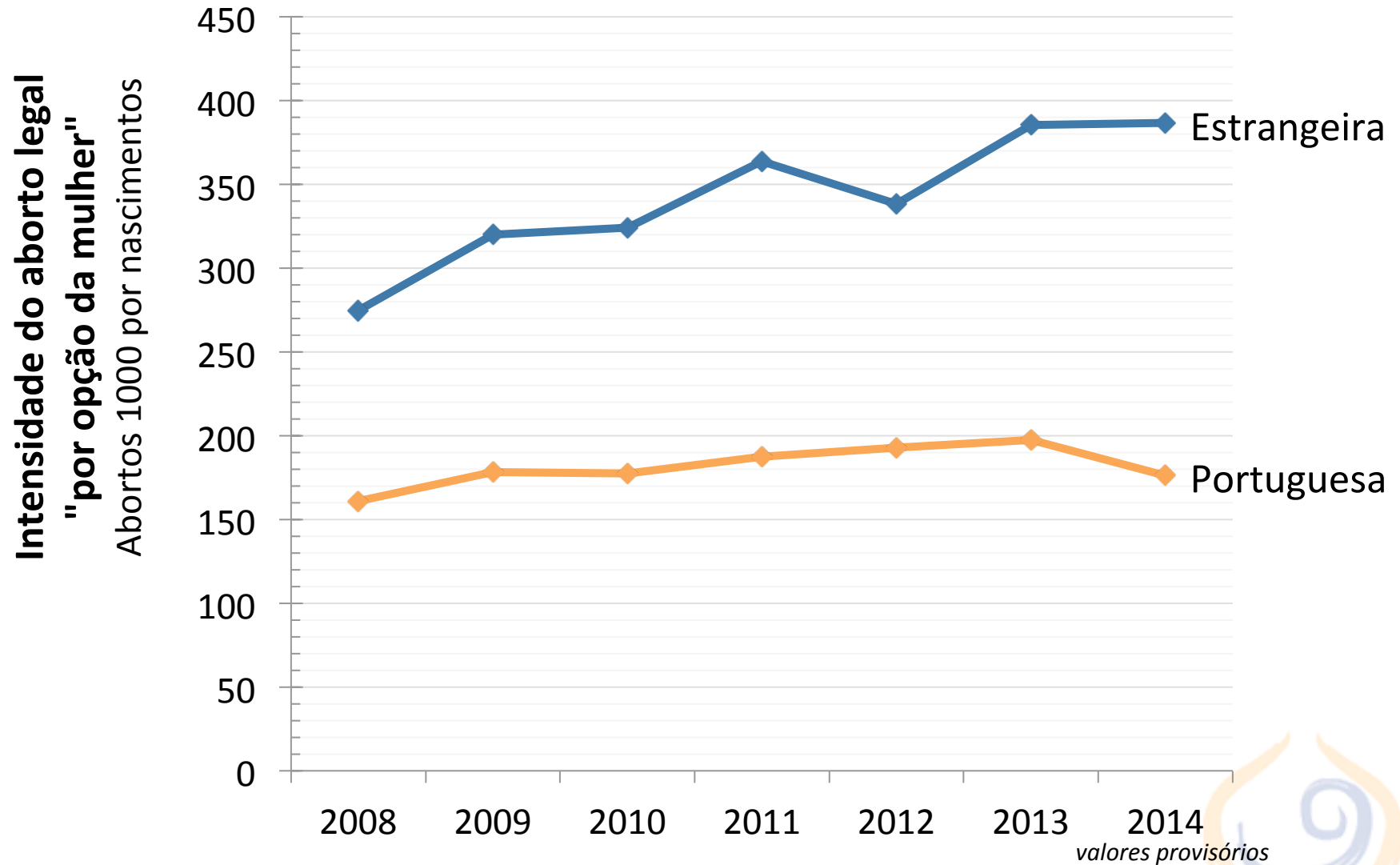
Total de abortos legais
“por opção da mulher”

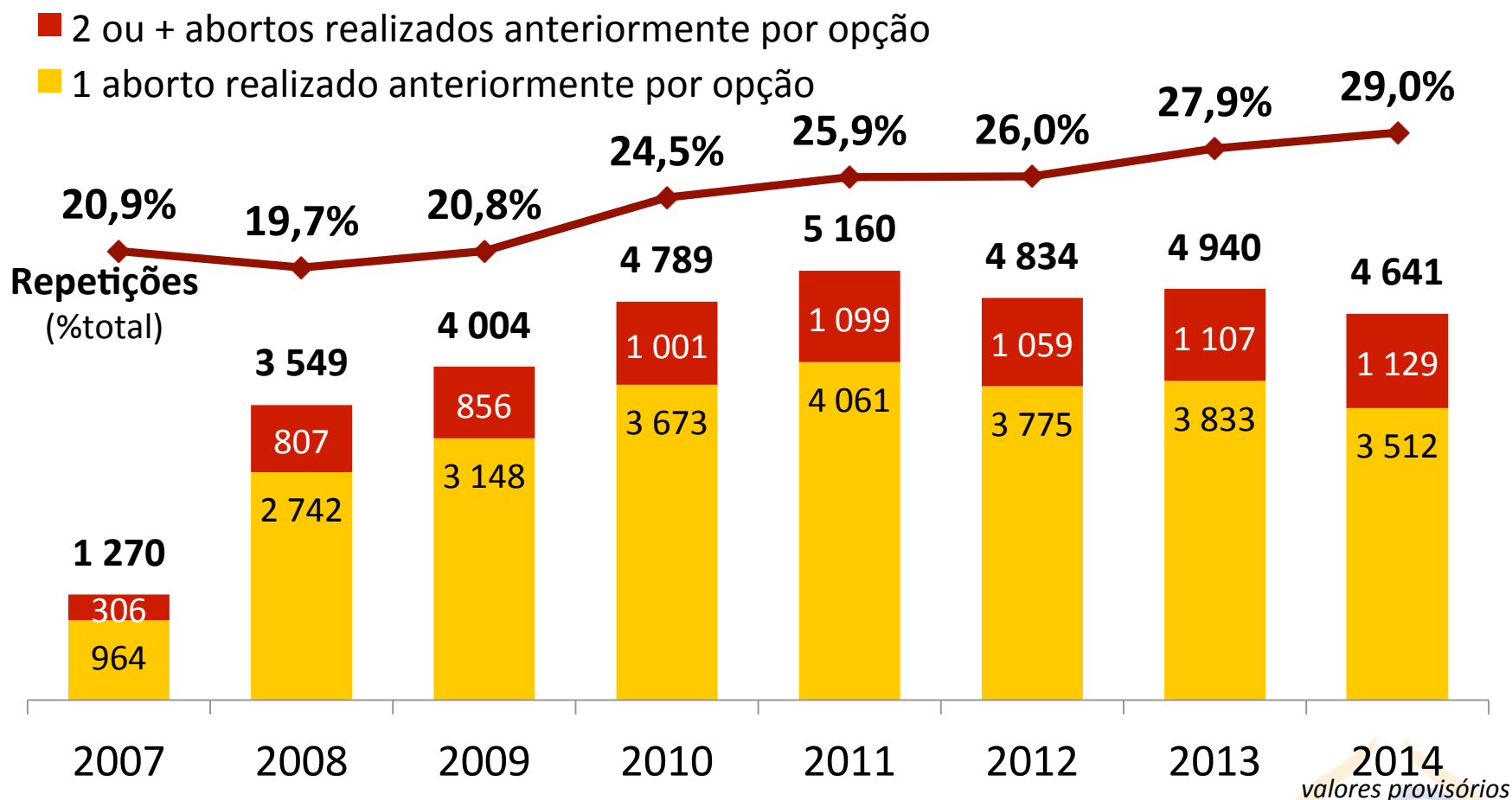
Intensidade
(abortos / 1000 nascimentos)



valores de 2014 são provisórios







- O peso das repetições no total de abortos tem vindo a aumentar todos os anos.
- O número de repetições é declarado e por isso pode ser conservador face ao real.

Complicações na sequência de abortos legais induzidos, por todos os motivos

	2008	2009	2010	2011	2012
<i>Unidades que responderam / Total de unidades (só no continente)</i>	36/42	34/41	37/41	37/40	37/40
Complicações graves (Infecção / sepsis e perfuração de órgãos)	9	22	37	31	25
Outras complicações	541	752	1 045	1 000	841
Mortes maternas	0	0	1	0	0
Total de complicações % do total de abortos legais induzidos	550 3,0%	774 3,9%	1 083 5,6%	1 031 5,0%	866 4,6%

Episódios de atendimento por aborto clandestino

